3
A escola e a violência doméstica

> A escola é um espaço privilegiado para a construção da cidadania, onde um convívio harmonioso deve ser capaz de garantir o respeito aos Direitos Humanos e educar a todos no sentido de evitar as manifestações da violência. Dentre os problemas mais pungentes que temos enfrentado no Brasil, estão as diversas formas de violência cometidas contra crianças e adolescentes. (Faleiros, 2008 p.7)

Conforme sinalizado em outro capítulo desta dissertação, crianças submetidas à violência doméstica apresentam sinais e/ou sintomas de que algo não vai bem, seja qual for o tipo de violência de que estejam sendo vítimas. Muitas dessas crianças e adolescentes frequentam escolas e é para o seu interior que levam suas angústias, tensões e marcas resultantes da violência a que são submetidas no ambiente familiar. Por ser a escola um espaço no qual as relações sociais são ampliadas, ela é responsável em fazer com que seu espaço seja acolhedor, capaz de propiciar interações positivas entre todos os seus integrantes, bem como garantir o desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes que ainda não atingiram um grau de maturidade física, cognitiva e emocional e que, portanto, necessitam de apoio, atenção e cuidados.

Com o advento do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 8.069/90), toda a população infanto-juvenil passou a ser considerada como sujeito de direitos, e para a garantia de sua proteção e integridade no que diz respeito ao fenômeno da violência doméstica, o Estatuto, em seu artigo 245, informa que:

> "Deixar o médico, o professor ou o responsável por estabelecimento de atenção à saúde e de ensino fundamental, pré-escola ou creche, de comunicar à autoridade competente os casos de que tenha conhecimento, envolvendo suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente:
>
> Pena: multa de três a vinte salários mínimos de referência, aplicando-se em dobro em caso de reincidência."(ECA, 1990).

No mesmo Estatuto, o artigo 13 também faz referência quanto à obrigatoriedade de comunicação ao Conselho Tutelar dos casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos:

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0821849/CA

> "Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra a criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais." (ECA, 1990).

Assis (1991, p.23), apoiada em estudo realizado junto a estudantes e professores de um município da região metropolitana do Rio de Janeiro, relata que a escola é um espaço privilegiado para a identificação de casos de violência doméstica. Como fatores que contribuem para tal, a autora destaca os seguintes aspectos:

- o encontro diário entre os alunos e os profissionais da educação, principalmente com os professores, o que possibilita o surgimento de uma relação de afetividade e confiança propiciando a que situações de violência doméstica sejam reveladas;
- nas primeiras séries do ensino fundamental, a natureza das atividades escolares – desenho, pintura, brincadeiras etc. – suscitam ou permitem, muitas vezes, o relato desses casos;
- a observação diária de crianças e adolescentes, pelo profissional da educação, possibilita notar alterações no comportamento, no humor, lesões físicas, as interferências em seu desenvolvimento cognitivo e consequente desempenho escolar.

Assim, diante dessas reflexões, torna-se evidente o papel da escola e de seus educadores no enfrentamento da violência doméstica e no desenvolvimento saudável de crianças e adolescentes. Como a possibilidade de procedimentos adequados diante dessa realidade irá, em muito, depender da capacidade dos professores em identificar sinais de sua ocorrência, desenvolvemos a presente pesquisa, cujos resultados serão apresentados a seguir e tiveram como objetivo conhecer o que um grupo de professores do Ensino Fundamental entende por violência doméstica contra crianças e adolescentes e como o mesmo se posiciona diante da obrigatoriedade de comunicação dos casos de suspeita ou confirmação desse tipo de violência conforme estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0821849/CA

3.1
A Escola Pública e a violência doméstica

A história da escola pública tem uma estreita relação com os interesses políticos e sociais que estão envolvidos no processo de construção de políticas públicas, voltadas para construção do pleno exercício da cidadania. Ser cidadão implica exercer seu direito à vida, à liberdade, ao trabalho, à moradia, à educação, à saúde, à cobrança de ética por parte dos governantes. Exercer plenamente a cidadania consiste em participar ativamente das decisões da comunidade, da cidade, do estado e do país, propondo soluções para os problemas em todos os âmbitos do convívio social:

> Quanto mais consolidada estiver a cidadania no Brasil, mais chance teremos de ter um país justo e igualitário para todos os brasileiros.
> [...] a educação é um fenômeno complexo, porque é histórico, produto do trabalho de seres humanos, e como tal responde aos desafios que diferentes contextos políticos e sociais lhe colocam. A educação retrata e reproduz a sociedade; mas também projeta a sociedade que se quer. Por isso vincula-se profundamente ao processo civilizatório e humano. Enquanto prática histórica tem o desafio de responder às demandas que os contextos lhe colocam. (Pimenta, 2002 in Contreras, 2002, p. 17).

Essa afirmação não só mostra a importância do papel da escola dentro da construção da sociedade em seu processo civilizatório, como também discorre sobre a responsabilidade em enfrentar os desafios que lhe é imposto.

De acordo com Marcílio (2008), a escola pública no Brasil insere-se como um projeto de modernização almejado pela sociedade brasileira em meados de 1870. Esse projeto era considerado importante para integrar todo o sistema de educação pública a um sistema que evidenciasse progresso numa visão de mundo ideal que expressasse uma modernidade educacional. Nesse período, o Brasil passava por profundas transformações de cunho social, político, econômico e cultural. A escola pública foi organizada entre o período final do século XIX e as primeiras décadas do século XX, com a introdução de novos conceitos educacionais relacionados à formação de professores e ao desenvolvimento de novas práticas pedagógicas:

> A educação pelo voto e pela escola foi instituída por eles como a grande arma da transformação evolutiva da sociedade brasileira, e assim oferecendo em caução do progresso prometido pelo regime republicano: a prática do voto pelos alfabetizados e, portanto, a frequência à escola que formaria o homem progressista adequado aos tempos modernos, é que tornaria os súditos em cidadão ativo (Hilsdorf, 2005, p. 60, apud Pereira).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0821849/CA

A responsabilidade atribuída à escola na transformação do súdito em cidadão leva-nos a refletir sobre o papel da escola enquanto instituição social básica e a perguntar que formas de relações sociais a escola está perpetuando, e sobre a atuação do professor dentro desse contexto de violência doméstica versus a garantia de direitos da criança e do adolescente.

3.1.1
A escola onde a pesquisa foi desenvolvida

Localizada à rua 253, quadra 432, núcleo 23, bairro Cidade Nova V, Manaus-Am, a Escola Estadual Osmar Pedrosa foi fundada por iniciativa do Poder Público Estadual mediante o Decreto no. 1.918, de 05 de abril de 1990, com o objetivo de atender às necessidades básicas de ensino-aprendizado das crianças e dos adolescentes da comunidade e adjacências. Essa escola está situada nos limites territoriais com o bairro Nossa Senhora de Fátima e o bairro Amazonino Mendes, na fronteira entre a Zona Norte e Zona Leste.

O nome da Escola presta uma homenagem a Osmar Pedrosa, que era natural de Manaus. Pedrosa nasceu no ano de l9l8, filho do Dr. Waldemar Pedrosa e neto Jonatas Pedrosa, pessoas que tiveram grande influência econômica e política no período da borracha no estado do Amazonas. Ele iniciou sua carreira estudantil no Colégio Dom Bosco, cursou Direito na Faculdade de Ciências Jurídicas e Socias em 1953 e diplomou-se Bacharel em Direito no ano de 1939. Profissionalmente e na sua vida pública, Pedrosa galgou cargos importantes: foi advogado com brilhante atuação, projetou-se, como juiz da Capital e, posteriormente, como membro do Ministério Público Federal, foi nomeado Procurador da República, substituindo seu pai.

Desde o ano de 2006 até o presente, a gestão da escola é exercida pela professora Edneia Queiroz de Ataíde, e a equipe técnica é formada por três pedagogas, cada uma responsável por um turno de atividades na escola.

Em 1993 foi implantado na escola o 2º Grau com habilitação em Técnico de Contabilidade. No ano de 1997 iniciou-se a experiência do Núcleo de Centro de Excelência nos turnos vespertino e noturno com o Curso Profissional de Contabilidade, que teve grande procura e aceitação e formou a última turma em 1999.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0821849/CA

Atualmente a escola desenvolve atividades pedagógicas pertinentes ao estabelecido na legislação vigente: pela manhã, ensino fundamental (Ciclo Básico e Aceleração da Aprendizagem); à tarde, ensino fundamental (de 5ª a 8ª séries); no turno noturno a escola funciona com ensino fundamental (8ª série) e ensino médio (1º ao 3º ano) e turmas do Projeto Tempo de Acelerar (Educação de Jovens e Adultos em nível de ensino Fundamental).

A escola possui as seguintes dependências: diretoria, secretaria, sala dos professores, TV escola, laboratório de informática, biblioteca, 22 salas de aula, laboratório de ciências (onde são ministradas aulas práticas de Ciências, Química e Biologia no turno noturno), laboratório de física, depósito de merenda escolar, depósito de material de limpeza e expediente, sala da fanfarra, cantina e uma quadra poliesportiva. Para melhor atender a demanda, a escola possui, também, um anexo com quatro salas de aula que funciona nos três turnos. Atualmente a escola atende aproximadamente 3.018 alunos.

A escola tem uma boa inserção junto à comunidade. A Associação de Pais, Mestres e Comunitários (APMC), a cada dia que passa, vai firmando-se cada vez mais com um trabalho participativo e transparente. A comunidade tem respondido aos apelos da escola através da participação em atividades culturais, esportivas e sociais desenvolvidas pela instituição.

Junto ao corpo discente, a escola tem procurando estimular a participação mais efetiva dos alunos através de uma gestão democrática.

Quanto ao colegiado de professores, a instituição vem proporcionando condições para sua efetiva atuação. Já a equipe pedagógica, juntamente com a gestão da escola, vem procurando responder às expectativas e aos desejos da congregação.

Os conteúdos são trabalhados através de uma associação com a realidade do aluno, levando-o a refletir sobre os aspectos sociais através de uma relação que parte da experiência confrontada com o saber sistematizado. Com esse trabalho, a Escola Osmar Pedrosa busca contribuir para uma educação que visa o pleno desenvolvimento do educando em todos os aspectos, cumprindo, dessa forma, a sua responsabilidade social.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0821849/CA

3.2
O trabalho de campo

Para conhecer o que um grupo de professores do ensino fundamental entende por violência doméstica contra crianças e adolescentes e como o mesmo se posiciona diante da obrigatoriedade de comunicação dos casos de suspeita ou confirmação desse tipo de violência estabelecido pelo Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), agendamos um encontro com a direção da Escola Estadual Osmar Pedrosa, quando tivemos a oportunidade de apresentar e explicar nossa pesquisa (objetivos, carta de apresentação etc.). Com a obtenção do aval da diretora para a coleta dos dados, o passo seguinte foi fazer contato com os professores.

Obtivemos informações sobre as rotinas dos professores em sala de aula. Por se tratar de séries que têm apenas um professor que ministra todas as disciplinas, eles não dispunham de tempo para atender o pesquisador durante o expediente, tendo em vista que até o lanche das crianças é servido em sala de aula e o professor permanece no intervalo para o lanche com sua turma de alunos. Após conversar com a pedagoga da escola, ficamos sabendo que haveria um dia programado para o último planejamento do ano (2010), no qual não haveria aula e os professores estariam todos reunidos para o planejamento mensal, o que seria bastante propício para aplicação do questionário, pois não haveria possibilidade de passarem informações uns aos outros, comprometendo a fidedignidade da informação.

Assim combinamos e a pesquisa foi realizada com bastante sucesso. Após a explicação dos procedimentos de preenchimento e do termo de consentimento livre e esclarecido, apenas um professor não aceitou responder o questionário. A leitura do questionário foi feita em voz alta para que todos pudessem acompanhar simultaneamente. Foi solicitado também que os professores não trocassem qualquer tipo de informação e que respondessem as perguntar apenas com seus conhecimentos sobre o assunto. Todo o processo demorou cerca de uma hora. Ao final, foram recolhidos todos os questionários juntamente com os termos de consentimento. Então agradecemos a colaboração de todos e concluímos a coleta de dados.

O grupo de professores que respondeu o questionário apresenta as seguintes características:

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0821849/CA

a) **quanto ao sexo**: dos 19 professores que participaram, 18 eram do sexo feminino e apenas 1 do sexo masculino;

b) **quanto à idade:** a maioria dos professores está entre 41 e 55 anos de idade, totalizando 15 nessa faixa etária;

c) **quanto ao estado civil:** dos 19 professores entrevistados 11 deles são casados;

d) **quanto à formação:** todos com formação em nível superior e, dentre eles, 3 possuem pós-graduação;

e) **quanto às séries que atuam:** 18 deles praticam a docência nas séries de 1º ao 5º ano; apenas 1 ministra aula para o 6º ano;

f) **quanto ao tempo de magistério:** 13 dos participantes estão na docência por um período mínimo de 20 anos; esse fator nos leva a concluir que a maioria dos professores tem uma larga experiência profissional.

Outro fator bastante importante é que 17 dos 19 professores ensinam todas as disciplinas das primeiras séries do ensino fundamental, demonstrando que 89,47% dos professores mantêm-se com a mesma turma em tempo integral, o que possibilita uma convivência maior com seus alunos.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0821849/CA

3.3
Os professores e a violência doméstica contra crianças e adolescentes: o resultado do questionário

As perguntas que compunham o questionário (Apêndice B) respondido pelos 19 professores buscaram o conhecimento geral dos mesmos a respeito da violência doméstica e o conhecimento dos procedimentos a serem adotados pela escola e os que estão estabelecidos no ECA diante da suspeita ou confirmação de sua ocorrência.

A questão de número 1: “O que você entende por violência doméstica?” apresentou pouca variação nas respostas, pois 7 dos professores entrevistados responderam “*que é aquela sofrida em casa”* ; 5 dos professores responderam *“ todo tipo de agressão”*; 3 dos professores responderam: *“É aquela praticada por pais, responsáveis ou familiares”*; 1 professor respondeu: *“Violência doméstica pra mim é a forma mais cruel que destrói a infância, o adulto e o idoso, fazendo com que se tornem adultos infelizes e pessoas indesejáveis”*; 1 professor

respondeu: *"Tudo que é ofensivo"*; 1 professor respondeu: *"São comportamentos inadequados pelos educandos na sala de aula"*; e 1 professor respondeu: *"Todos os tipos de maus tratos referentes ao indivíduo"*.

Ao analisar as respostas obtidas sobre a questão do conhecimento do professor a respeito da violência doméstica, podemos dizer que apenas 7 (36%) responderam de acordo com os conceitos definidos no referencial teórico deste trabalho: "*A violência doméstica refere-se ao lugar onde a violência ocorre (na casa, no lar). Dentro dessa categoria de violência estão incluídas pessoas que não são da família, como empregadas domésticas e agregados.*" A violência familiar pode ocorrer entre cônjuges, entre pais e filhos, com parentes idosos, habitantes ou não da mesma casa, segundo Faleiros.

Já 26% dos professores (5 dos 19) generalizaram a violência doméstica em todos os tipos de "agressão física". Nota-se que para esses 5 a violência doméstica está ligada apenas a violências que se podem perceber fisicamente. Três dos professores (15%) associaram a violência doméstica à violência intrafamiliar, que, de certa forma, está associada à violência doméstica. Dois professores (10,52%) não tinham conhecimento conceitual sobre violência doméstica e a associaram com todo e qualquer tipo de maus tratos e 1 (5,26%) professor confundiu violência doméstica com educação doméstica. Vale ressaltar que nem sempre os professores possuem uma visão consistente sobre o fenômeno da violência doméstica (Abramovay, 2003 apud LUZ, 2005 p.25).

A segunda pergunta foi: "Qual é o tipo de violência doméstica mais conhecido por você?". O abuso físico e o abandono/negligência obtiveram igual número de respostas. Ou seja, cada um obteve um quantitativo de 8 respostas (42,10%), respectivamente. O abuso psicológico obteve 2 respostas (10,52%), seguido pelo abuso sexual, que obteve 1 resposta (5,26%). A opção outros não obteve nenhuma resposta. Pode-se verificar esse resultado materializado no gráfico abaixo:

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0821849/CA

Gráfico1- Tipos de violência doméstica mais conhecidos pelos professores

1 – Abuso físico; 2 – Abuso psicológico; 3 – Abuso sexual;
4 – Abandono/negligência; 5 – Outros

Ao observar as respostas, nota-se que os tipos de violências mais conhecidos pelos professores são: abuso físico e abandono ou negligência. Esse fato nos faz refletir sobre formas de violência:

> A violência contra crianças e adolescentes é praticada de várias maneiras, por diferentes autores/atores e em distintos lugares. A classificação mais usual das geralmente denominadas formas de violência é: violência física, psicológica e sexual. Classifica-se violência sexual em abuso sexual e exploração sexual comercial; o abuso sexual em intra e extra-familiar; a exploração sexual em prostituição, pornografia, turismo sexual e tráfico de pessoas para fins sexuais. No entanto, uma análise mais rigorosa dessa classificação revela imprecisões e lacunas que não podemos deixar de considerar.
> Cabe ressaltar que, na análise de situações concretas, verifica-se que essas diferentes formas não são excludentes, mas sim cumulativas. Por exemplo, a violência sexual é também violência física e psicológica. Na exploração sexual comercial, encontram-se presentes, além da exploração econômica, as violências estrutural, física, psicológica, social e moral. Por fim, a violência simbólica estimula todas as formas de violência. (Faleiros, 2008 p.31)

Nesse sentido, a violência praticada contra criança e adolescente, tome ela a forma que tomar, funciona como um gatilho disparador de uma série de violências, conforme afirma Faleiros.

A terceira questão foi: “Você já suspeitou ou teve certeza de que algum aluno seu sofreu violência doméstica?”. Essa questão teve duas opções de resposta: sim e não. As respostas dadas pelos professores foram 18 dos professores responderam que sim, e apenas 1 professor respondeu que não, configurando, em termos percentuais, que 18 dos professores (94,73%) já

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0821849/CA

vivenciou suspeita ou certeza de que alguns de seus alunos sofreram violência doméstica.

Esse resultado evidencia que as consequências da violência doméstica estão presentes no espaço da escola e são identificadas pelos professores que responderam nosso questionário. Embora muitas vezes haja uma negação imposta culturalmente pelas construções históricas dos processos das relações sociais constituídas dentro das instituições sociais, Guerra faz uma reflexão sobre esse fenômeno:

> Se, no princípio cumpria conscientizar a sociedade brasileira de que este fenômeno existia, que era importante se visualizar algumas características significativas dos agressores, das vítimas, dos familiares e da própria situação de Violência Doméstica, hoje é preciso superar este momento e se compreender melhor o processo de produção desta modalidade de violência em nosso meio. Ao lado disso, é necessário mostrar com clareza os preconceitos que nutrimos em termos de Violência Doméstica, repudiando o desejo de muitos profissionais de colocá-la como uma "questão menor" ante outras questões vivenciadas pela infância brasileira. É preciso também vencer a barreira daqueles que se opõem a este tipo de discussão porque, de certa forma, leva a contestação da família como um lugar absolutamente seguro para a criança e/ou adolescente. (Guerra, 2005 p.13)

De acordo com a autora, ao admitirmos a existência tão evidente da violência doméstica, estamos contestando a instituição "família", migrando de um conceito de lar seguro para um ambiente inóspito. Assim, ao considerar a família como a instituição primária e responsável pela proteção da criança e do adolescente, ao falhar, essa responsabilidade transfere-se para o nível secundário, que é exercida pelas instituições públicas:"As proteções sociais foram inseridas nas falhas da sociabilidade primária e nas lacunas da proteção próxima" (Castel, 2001 p. 507 apud Barros, 2005 p.85).

Com relação à quinta questão, que buscava saber se os professores relacionavam alguns comportamentos, ou mesmo machucados, a uma possível ocorrência de violência doméstica, o resultado obtido foi o seguinte: 3 professores responderam: "comportamento agressivo e marcas corporais"; 2 professores responderam: "comportamento agressivo", "marcas corporais" e "o aluno contou"; 4 professores responderam: "comportamento agressivo" e "apatia, retraimento e timidez"; 1 professor respondeu, " aluno contou"; 1 professor respondeu: "comportamento agressivo", "medo" , "apatia retraimento e timidez"; 4 professores responderam: "comportamento agressivo"; 1 professor respondeu: "marcas corporais"; 1 outro respondeu: "apatia e retraimento e timidez" e 1 professor respondeu: "medo".

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0821849/CA

Nessa questão, os professores podiam marcar mais de uma resposta, e foi verificado, com base nesses resultados, que obtivemos 15 ocorrências para o item “comportamento agressivo”, o que demonstra que um dos sintomas mais evidentes de alunos vítimas de violência doméstica é a de reproduzir a violência recebida como consequência psicológica. Sobre isso, discursa Guerra (2005):

> Violência doméstica: a punição corporal treina a criança a aceitar e tolerar a violência na medida em que tais atos feitos pelos adultos destinam-se a ensinar a obediência e submissão. Os sentimentos associados com tal punição – de angústia, raiva, ansiedade, medo, terror, ódio, hostilidade – estão dentro dos relacionamentos domésticos dos adultos que foram espancados quando criança. (Guerra, 2005, p.46-48).

As outras opções não foram tão expressivas, sendo: 6 ocorrências para “marcas corporais”, 6 ocorrências para “apatia, retraimento e timidez” e apenas 4 ocorrências para “o alunos contou”. Essa última resposta, que trata da denúncia feita pela própria vítima, é bastante inexpressiva e nos leva a inferir sobre “o pacto de silêncio”, conforme afirma Guerra:

> “(...) numa transgressão do poder disciplinador do adulto, convertendo a diferença de idade adulto versus criança/adolescente, numa desigualdade de poder intergeracional; numa negação do valor liberdade: exigindo que a criança/o adolescente sejam cúmplices do adulto, num pacto de silêncio; num processo que aprisiona a vontade e o desejo da criança ou do adolescente, submetendo-os ao poder do adulto, coagindo-os a satisfazer os interesses, as expectativas e as paixões deste.(...) Como esta pertence à esfera do privado, a Violência Doméstica acaba se revestindo da tradicional característica de sigilo.” (Guerra, 2005 p.32).

A vítima de violência doméstica se submete ao poder do adulto ao manter sigilo sobre os maus-tratos sofridos, o que gera uma cumplicidade involuntária por parte da criança e do adolescente, que contribuem para que essas atitudes de violência doméstica não se tornem públicas. Assim, essas atitudes ficam encobertas por muito tempo e, na maioria das vezes, nunca são denunciadas, corroborando para um ciclo perpetuador de agressores/violentadores de crianças e adolescentes.

A sexta questão traz o seguinte questionamento: “Você já pensou na possibilidade de um aluno apresentar problemas de comportamento ou aprendizagem devido à violência doméstica?”. As respostas foram 100% “sim”, o que demonstra que os professores têm consciência da iminência de acontecimentos que envolvem seus alunos em violência doméstica. Outra reflexão pertinente ao resultado desta questão é o fato de os professores terem conhecimento das consequências da violência doméstica sofrida pelas crianças

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0821849/CA

e adolescentes. Em relação a essas consequências, Guerra discorre (2005) quanto às psicológicas:

> Psicológicas:
> Como são de natureza variada, destacaremos apenas algumas:
> 1) Sentimentos de raiva, de medo quanto ao agressor;
> 2) Quadros de dificuldades escolares;
> 3) Dificuldade quanto a confiar nos outros;
> 4) Autoritarismo: (...);
> 5) Delinquência: (...);
> 6) Violência doméstica: (...);
> 7) Parricídio/matricídio: (...) (Guerra, 2005 P.46).

A questão seguinte buscava saber como o (a) professor (a) se posicionava diante da suspeita ou mesmo confirmação de ocorrência de violência doméstica com um de seus alunos. Especificamente a pergunta foi: “Percebendo que algum aluno seu possa estar sofrendo Violência Doméstica, o que você faria?”. Essa questão também permitia que o professor marcasse mais de uma opção. Assim, a opção que teve mais ocorrências foi a “Conversaria com a direção da escola” com 14 ocorrências (73%), seguida da opção “Chamaria os pais para conversar”, que teve 10 ocorrências (52%). As opções “Conversaria com o aluno” e “Encaminharia para o Conselho Tutelar” obtiveram, respectivamente, 05 (26,31%) e 01 (5,2%) ocorrências. As demais opções não tiveram ocorrências.

Assim, a primeira ação dos professores participantes dessa pesquisa é levar o problema à direção da escola e, em seguida, chamar os pais para conversar. Percebemos claramente as questões hierárquicas dentro da escola em função da tomada de decisões: antes de qualquer atitude, o professor, primeiramente, leva a questão ao conhecimento da direção da escola. Nesse momento o que poderá vir acontecer depende exclusivamente do gestor da escola.

Outro ponto a ser percebido é mostrar que, ainda hoje, as relações da criança com a sociedade continuam mediadas pelos adultos, o que nega, dessa maneira, os direitos da criança numa visão igualitária e libertária:

> Esta mesma família, estrutura sempre repressiva, tinha um modelo de educação em que os deveres básicos da criança eram a obediência irrestrita, a docilidade absoluta, e na qual os seus desejos nada valiam. Com o correr dos anos, rediscutiu-se este modelo de educação, propondo-se os direitos da criança numa visão igualitária e libertária em termos dos adultos. Aprofundando-se a discussão em termos deste modelo, observamos o quão ideológico ele é. As relações da criança com a sociedade continuam mediadas pelos adultos. Ela nada mais é do que um ser marginalizado social, econômica e politicamente. Vive submetida a estes adultos num mundo concebido por eles e para eles. (Guerra, 2005 p.154).

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0821849/CA

Analisando por esse ângulo, ao chamarem os responsáveis do aluno, pode-se estar chamando o agressor (a) e colocando a criança ou o adolescente em uma situação muito perigosa, na qual ele pode sofrer represália por ter trazido a público o problema.

A próxima pergunta se desdobra em dois questionamentos. O primeiro interrogava o seguinte: “Você tem conhecimento dos procedimentos a serem adotados pela escola quando há suspeita ou comprovação de violência doméstica contra crianças e adolescentes?”; e o segundo: “Se a resposta foi sim, quais?”.

As respostas foram: 15 ocorrências para SIM e 4 ocorrências para NÃO. Nesse sentido, 78,9 % dos participantes da pesquisa disseram conhecer os procedimentos a serem adotados pela escola.

Com base nas respostas dadas, constatamos que 4 (21,05%) dos professores pesquisados deixaram em branco a resposta, demonstrando o total desconhecimento dos procedimentos a serem adotados pela escola; 5 (26,31%) professores responderam que encaminhariam ao Conselho Tutelar após chamar os pais ou responsáveis para tentarem resolver o problema. Esse procedimento leva à reflexão anteriormente feita na questão de número 7 sobre a ação mediadora do adulto nas relações entre criança e sociedade; 6 (31,57%) professores responderam que encaminhariam ao Conselho Tutelar, demonstrando autonomia no cumprimento daquilo que define o ECA em seu artigo 13:

> Art.13 – Os casos de suspeita ou confirmação de maus tratos contra crianças ou adolescentes serão obrigatoriamente comunicados ao Conselho Tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais.[5]

Ao analisarmos as outras respostas, obtivemos o seguinte: 2 (10,52%) professores disseram que conversariam com os pais e a gestora da escola, 1 (5,26%) respondeu que encaminharia ao PRAE[6] da Seduc e 1 (5.26%) respondeu que chamaria os familiares. Somando esses percentuais, temos um total de 4 (21,04%) professores participantes da pesquisa. Separadamente parece um número inexpressivo, porém, quando somamos, percebemos que é

[5] Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA

[6] O PRAE Programa de Redução do Abandono Escolar do Departamento de Gestão Escolar-SEDUC/AM. É um programa que colabora com as escolas estaduais da capital na redução do abandono escolar.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0821849/CA

bastante expressivo porque notamos que se trata de completo desconhecimento daquilo que estabelece o ECA em seu artigo 13.

A nona questão estava diretamente relacionada ao conhecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) pelos professores. Para não induzir a resposta, a pergunta foi escrita referindo-se a existência de uma lei, no Brasil, que informava que a escola tinha o dever de denunciar a suspeita ou certeza da ocorrência de violência doméstica.

As respostas foram: 7 ocorrências para “SIM”, totalizando um percentual de 36,84% dos professores que responderam saber da existência da lei; e 12 ocorrências para “NÃO”, representando um percentual de 63,15% dos professores que responderam não conhecer.

Ao analisarmos as respostas e o percentual bastante expressivo de professores que informaram desconhecer a lei, foi possível perceber o quanto o Estatuto da Criança e do Adolescente, enquanto instrumento legal de enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes e de garantia de direitos deste segmento de nossa população, ainda carece de divulgação. Os professores entrevistados não possuem conhecimento suficiente a respeito do mesmo, o que ficará ainda mais evidente nas próximas perguntas do questionário.

Quanto ao desdobramento dessa questão, que pedia para que os professores identificassem a referida lei, considerando-se as respostas em branco e as “não sei”, obtivemos um total de 14 respostas (73,68%). Dos 19 professores que responderam ao questionário, apenas 5 (26,31%) identificaram a lei como sendo o ECA. Esse resultado nos leva a pensar que não basta criar leis ou um estatuto para garantir que os direitos de criança e de adolescentes lhes sejam assegurados.

Finalmente, a última pergunta buscava saber se os professores tinham conhecimento das penalidades descritas no ECA (Art.245) para os casos em que a escola, bem como seus professores, deixasse de cumprir a responsabilização de comunicar à autoridade competente os casos de suspeita ou confirmação de maus tratos.

As respostas obtidas confirmaram o desconhecimento da legislação específica – Estatuto da Criança e do Adolescente - em vigor desde 1990, uma vez que 14 professores (94,73%) responderam negativamente à questão. Os 05 professores (5,2%) que responderam ‘sim’ não souberam informar o tipo de penalidade.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0821849/CA

Embora as respostas que nos foram dadas não possam ser generalizadas para o conjunto de professores da Escola Estadual Osmar Pedrosa, elas apontam para a necessidade de maior divulgação do conteúdo do ECA na escola e para a capacitação do seu quadro docente a fim de que seus integrantes possam se reconhecer como integrantes do Sistema de Garantias de Direitos de Crianças e de Adolescentes.

PUC-Rio - Certificação Digital Nº 0821849/CA